

CRIMES E PUNIÇÕES: REPRESENTAÇÕES DA CRIMINALIDADE E DO PAPEL DO ESTADO EM SEU COMBATE NA MÍDIA IMPRESSA BRASILEIRA¹

CRIMES AND PUNISHMENTS: REPRESENTATIONS OF CRIMINALITY AND THE ROLE OF STATE IN ITS FIGHT IN BRAZILIAN PRESS

Carla Leila Oliveira Campos²

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo analisar, por meio do funcionamento discursivo da referenciação enquanto processo de lexicalização, e da teoria da Análise Crítica do Discurso proposta por van Dijk, a representação da criminalidade e do papel do Estado em seu combate. Para tanto, analisamos duas reportagens especiais sobre o tema, publicadas em 2007 em duas revistas: *Veja* e *Carta Capital*. A análise das referidas reportagens revelou-nos dois posicionamentos sobre o crime e seu combate, fundados em visões sobre o evento de grupos sociais distintos.

PALAVRAS-CHAVE: Crime, Punições, Discurso midiático.

ABSTRACT: The present paper aims at analyzing the representation of criminality and the government's action to fight crime through the study of the discursive role of referenciation as a lexicalization process and the theoretical and methodological procedures of Critical Discourse Analysis developed by van Dijk. For that reason, we analyzed two articles on criminality, published in 2007 by two magazines: *Veja* and *Carta Capital*. The analysis of these articles revealed two kinds of positioning about crime and its combat, based on visions about the event from different social groups.

KEYWORDS: Crime, Punishments, Media discourse.

INTRODUÇÃO

Considerando a complexidade da violência nos dias atuais, este trabalho busca analisar como se dá a representação da criminalidade e do papel do Estado em seu combate em duas reportagens especiais sobre o tema publicadas pelas revistas *Veja* e *Carta Capital*, no ano de 2007. A primeira, publicada pela revista *Veja* em 10 de janeiro, intitula-se “Crime: as raízes, a

¹ Artigo resultante de projeto de pesquisa desenvolvido no Instituto de Ensino Superior Presidente Tancredo de Almeida Neves (IPTAN) sob fomento da FUNADESP e da FAPEMIG. O projeto foi desenvolvido com a participação dos bolsistas de iniciação científica Marina Andrade Sousa (FAPEMIG), Lincoln Lopes Barros Júnior (FAPEMIG) e da acadêmica Débora Cristina Chaves Lamêda.

² Doutora em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Professora do Instituto de Ensino Superior Presidente Tancredo de Almeida Neves – IPTAN. Bolsista da FUNADESP. E-mail: carlalcampos@globo.com

impunidade e as soluções” e tem como objetivo, segundo a própria revista, trazer “uma contribuição” ao “bom combate” da criminalidade “não só revelando entranhas e contornos do mundo da bandidagem, como propondo soluções para extirpar as raízes desse mal” (VEJA, São Paulo, ano 40, n. 1, p. 45, jan./2007). Já o segundo especial, publicado por *Carta Capital* em 16 de maio, cujo título é “O bang bang não resolve”, tem como objetivo, segundo a revista, discutir os dados da “pesquisa Vox Populi” realizada na época e que mostrou como a “falta de confiança na Justiça e na polícia” faz com que a sociedade queira “o olho por olho” (CARTA CAPITAL, ano XIII, n. 444, 16 mai./ 2007).

Nessas reportagens, analisaremos os processos de referenciação adotados pelas revistas na representação das ações do crime e do Estado, atentando para a lexicalização operada por um sujeito sócio-historicamente localizado. Dessa forma, compreendendo a referenciação como uma atividade discursiva, tomaremos as escolhas lexicais, como o resultado de um processo modelado por nossas percepções sociais e culturais. Entendemos, assim, que a análise de semelhante processo pode nos oferecer importantes pistas sobre as crenças³ do sujeito enunciador e, conseqüentemente, da sociedade na qual ele se insere.

Com o intuito de observar a manifestação dessas práticas sociais e ideológicas no discurso, este trabalho pretende articular três abordagens que julgamos fundamentais a sua execução: em primeiro lugar, o estudo do papel da mídia na construção e disseminação de objetos simbólicos; em segundo lugar, a abordagem discursiva, definida nos estudos da Análise Crítica do Discurso (ACD) desenvolvidos por van Dijk. Esse autor, com o objetivo de revelar as relações de poder e ideológicas embutidas no discurso, propõe que ele seja abordado por um quadro teórico-metodológico triangular, que envolve o próprio discurso, a sociedade e a cognição; finalmente, num terceiro momento, uma discussão acerca da referenciação, procurando mostrar como ela reflete o ponto de vista ideológico do sujeito enunciador, contribuindo para a construção de sua versão dos eventos sociais.

1 QUESTÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

1.1 Discurso midiático, análise crítica do discurso e referenciação

³ As crenças devem ser entendidas enquanto um sistema de compreensão dos eventos, relacionadas àquilo que os grupos sociais acreditam ser verdadeiro.

No contexto acadêmico atual, a mídia, enquanto sistema ideológico constituído (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 1995), tem-se apresentado como um campo fértil de investigação. Nesse sentido, afirmações do tipo “a mídia tem na sociedade atual o poder de configurar mentes”, ou ainda, “o discurso midiático – ao contrário do que possam pretender os órgãos de imprensa – não apresenta uma visão neutra dos fatos, remetendo a filiações ideológicas e políticas específicas”, chegam a ser uma espécie de consenso para os pesquisadores interessados no estudo desse meio de comunicação.

Assim, para Thompson (1998), a produção de significados simbólicos sempre foi a base do desenvolvimento das sociedades. Entretanto, com o surgimento das instituições de comunicação, do século XV até os nossos dias, registramos uma transformação significativa na produção e intercâmbio do conteúdo simbólico nas sociedades. A mídia, nesse sentido, transformou e vem transformando os processos de produção, intercâmbio e armazenamento dos produtos simbólicos, desempenhando, na nossa sociedade, um papel crucial.

Em virtude desses desenvolvimentos as formas simbólicas foram produzidas e reproduzidas em escala sempre em expansão; tornaram-se mercadorias que podem ser compradas e vendidas no mercado; ficaram acessíveis aos indivíduos largamente dispersos no tempo e no espaço. (THOMPSON, 1998, p. 18).

Discutindo a produção de significados simbólicos pela mídia, Steinberger (2005) afirma que o relato jornalístico é sempre lacunar, no sentido de que o acontecimento nunca é apreendido na sua totalidade. Participam da composição final de tal relato o número de páginas que o jornal concede à reportagem, a quantidade de material ao qual o jornalista teve acesso, além do uso de “filtros cognitivos, culturais, sociais, históricos, políticos, ideológicos, econômicos, institucionais e outros” (STEINBERGER, 2005, p. 88) que vão conduzir a uma reconstituição parcial dos eventos sociais.

A mídia, na construção social da realidade, controla, ainda, segundo a autora, os sistemas simbólicos e classificatórios, com base na desigualdade do acesso aos sistemas midiáticos.

Amplamente discutida por van Dijk, a questão do acesso ao discurso midiático se associa à distribuição do poder e da dominação nas sociedades atuais. Em artigo intitulado *Ideology and discourse analysis* (2000b), van Dijk afirma que a questão do poder está vinculada à relação entre grupos e instituições sociais, envolvendo o controle das práticas discursivas. Para o autor, a mídia é uma elite simbólica detentora de um poder ideológico que

age de forma direta e/ou indireta, podendo "determinar a agenda da discussão pública, influenciar a relevância dos tópicos, controlar a quantidade e o tipo de informação" (VAN DIJK, 2010, p. 45).

Nesses termos, para o autor, o controle do conhecimento pelos meios de comunicação se dá por meio da "seleção restritiva de assuntos [...] e reconstruções específicas da realidade sociais e políticas" (VAN DIJK, 2010, p. 51). Ao escolher, portanto, "o que dizer" e a forma "como dizer", a mídia contribui para a formação de nossa opinião e de nosso conhecimento sobre os eventos do mundo, já que, muitas vezes, nosso acesso a eles se dá apenas pela ótica midiática.

Assim, um importante elemento para a dominação e o poder é o acesso aos eventos comunitários e ao discurso. O discurso é, portanto, a base do poder cujo acesso é distribuído de forma desigual na sociedade. Ou seja, nem todos têm o mesmo acesso à mídia, à fala, às escritas médica, jurídica, política etc., sendo que os grupos mais poderosos são aqueles que exercem o controle dessas práticas discursivas valorizadas socialmente (VAN DIJK, 2010). Para o autor, esse acesso é analisado por meio de tópicos ou referências de discurso: para quem se escreve, quem poderá falar, quando e em qual contexto.

A mídia, portanto, ocupa um lugar privilegiado na reprodução desse poder social. Para van Dijk (1995b), no âmbito da atualidade, a escola e a mídia são as principais reprodutoras das ideologias na sociedade, tendo a última, pelo seu grande poder de disseminação, ação mais efetiva nessa tarefa. Nesses termos, o autor ressalta que, através de seus repórteres ou correspondentes, a mídia é geralmente a primeira a testemunhar ou descrever os eventos, o desenvolvimento da informação, ou a situação local. Sua definição da situação contribui, dessa forma, para a manufatura da opinião pública.

Dessa forma, o poder da mídia é simbólico e persuasivo, no sentido de que ela tem a capacidade de controlar, de certa forma, as mentes de seus interlocutores, através da disseminação de representações sociais específicas, prescrevendo o que os menos poderosos devem fazer.

Ao optarmos por trabalhar com a análise do discurso midiático, compreendemos, portanto, de acordo com Freire e Carvalho (2008) não ser possível, na atualidade, entender a produção de sentidos e significados, reprodutores dos esquemas de dominação, sem compreender o processo de mediação dos meios de comunicação na interpretação da realidade ao falar pelos e para os indivíduos. A mídia, portanto, não só seleciona o que se deve falar, mas como se deve falar e para quem se deve falar. O conhecimento que temos do mundo e

dos eventos sociais passa por esse processo de seleção que é reflexo de posicionamentos ideológicos que operam na construção do discurso midiático.

Ao compreender que todo sentido se inscreve em uma historicidade específica, a ACD está preocupada com a observação das condições sócio-históricas de produção desse sentido. Sua abordagem multidisciplinar se constitui, portanto, em um domínio de estudo que examina as estruturas e funções textuais em seus contextos social, político e cultural. Aplicado ao estudo da comunicação de massa, essa abordagem afirma, segundo van Dijk (1995b), que, com o objetivo de compreender o papel da informação midiática e suas mensagens, é preciso estar atento às estruturas e estratégias desses discursos e à forma como elas se relacionam às regras institucionais, por um lado, e à audiência, por outro. Se afirmamos, portanto, que a mídia influencia sua audiência, precisamos saber sob quais condições específicas, incluindo as propriedades estruturais das notícias, isso pode acontecer.

Desse modo, considerando que todo dizer incide sobre apenas um aspecto do objeto, ao abordarmos, neste trabalho, a questão da referenciação como representação da criminalidade e do papel do Estado em seu combate, estaremos preocupados em observar qual aspecto dos eventos sociais foi destacado, por que foi destacado e quais foram os sistemas de crenças que guiaram tal escolha?

Respondendo a esses questionamentos estaremos preocupados, portanto, não só com a investigação da superfície textual, como também com a análise da estrutura social e histórica na qual o sujeito do discurso se insere e, conseqüentemente, com as estruturas ideológicas e de poder que subjazem a suas práticas discursivas.

Com o intuito de desvendar como essas relações se dão no discurso midiático, van Dijk propõe um quadro teórico-metodológico triangular de abordagem discursiva, envolvendo a análise do discurso, materializado nas práticas textuais; da sociedade e das condições de produção nas quais essas práticas textuais emergem; e dos processos cognitivos de processamento e compreensão discursivos. Dessa forma, o autor procura estabelecer um quadro multidisciplinar de abordagem do discurso que pressupõe a relação entre discurso, sociedade e cognição social.

Com o objetivo de compreender como as relações sociais e discursivas podem influenciar o sistema cognitivo dos participantes do evento comunicativo, van Dijk propõe a adoção da noção de *modelos mentais* como a interface entre as estruturas sociais e o indivíduo. Os modelos são representações cognitivas de experiências e interpretações pessoais, incluindo o conhecimento e as opiniões pessoais. Eles representam as interpretações

que os indivíduos fazem de pessoas, eventos e ações específicos e são, essencialmente, o complemento natural das situações. Quando as pessoas testemunham uma cena ou uma ação, leem ou ouvem sobre um evento elas constroem um modelo único daquela situação ou atualizam um modelo já existente sendo, portanto, os modelos, também a base referencial da compreensão textual.

A propriedade interessante dos modelos mentais é que eles não representam apenas informações pessoais, subjetivas e provavelmente pré-concebidas sobre os eventos de nossa vida diária. Modelos mentais caracterizam também “*instanciações*” (especificações, exemplos) de crenças gerais e abstratas, incluindo as cognições sociais. Essas cognições não precisam ser ativamente pensadas no modelo mental. Elas podem estar apenas apresentadas no *background*, apontando para o conhecimento mais geral, do qual podem ser inferidas quando realmente necessárias para a compreensão de um evento. Desse modo, podemos afirmar que os modelos destacam apenas as instanciações relevantes do conhecimento geral.

Os modelos mentais formam, portanto, a interface entre representações sociais generalizadas, por um lado, e o uso individual dessas representações na percepção social, interação e discurso, por outro.

Outro ponto fundamental da teoria do discurso aqui adotada refere-se à questão da ideologia e seu papel na reprodução das relações sociais entre os grupos.

Ao propor uma teoria multidisciplinar do discurso, van Dijk (1995a) afirma a necessidade, também na abordagem da ideologia, de um enfoque triangular que relacione sociedade, discurso e cognição social. Dessa forma, as ideologias são consideradas primeiramente como um tipo de sistema de ideias, ou de cognições sociais partilhadas, ocupando um lugar no campo simbólico do pensamento, isto é, no sistema cognitivo. De acordo com a dimensão social, as ideologias estão associadas a interesses, conflitos e lutas entre grupos e instituições sociais envolvidos em seu desenvolvimento e reprodução. Elas podem, portanto, servir tanto à legitimação quanto à resistência ao poder e à dominação, levando-se em consideração o acesso às práticas discursivas. Finalmente, o conceito de ideologia pode estar associado ao uso da linguagem, o que significa que as ideologias são tipicamente expressas e reproduzidas na e pela linguagem. Isso não significa que elas sejam expressas somente por meio da linguagem, mas o uso da linguagem, dentre as outras práticas sociais, desempenha, segundo van Dijk (2000a) um importante papel na reprodução das ideologias. Para o autor, é pelo discurso principalmente que as ideologias são expressas, adquiridas e representadas, por meio de estruturas e estratégias textuais. A dimensão

discursiva explica, portanto, como as ideologias influenciam nossos textos, como nós compreendemos o discurso ideológico e como o discurso está envolvido na reprodução social da ideologia.

Nessa abordagem, as ideologias são, portanto, compreendidas como as estruturas básicas que organizam as cognições sociais partilhadas pelos membros dos grupos, organizações ou instituições sociais. Nesse sentido, elas funcionam essencialmente como a interface entre as representações cognitivas e os processos que subjazem ao discurso e à ação, por um lado, e a posição e os interesses dos grupos sociais, por outro. Segundo van Dijk (1995a), essa teoria da ideologia estabelece a ligação entre a análise do macronível social dos grupos, formações e estruturas sociais e os estudos do micronível da interação individual situada e do discurso.

Se considerarmos que as ideologias são expressas e reproduzidas na e pela linguagem, devemos assumir que é pelas formas linguísticas que dão materialidade aos discursos que essas ideologias são expressas. Nesse sentido, todas as categorias linguísticas são passíveis de sofrer investimento ideológico, o que não é diferente com os processos de referenciação. Neste trabalho, pretendemos, portanto, mostrar como tal categoria reflete o ponto de vista ideológico do produtor textual, contribuindo para a representação da criminalidade e do papel do Estado em seu combate de acordo com esse ponto de vista.

A referenciação é considerada como uma atividade colaborativa e discursiva de construção e reconstrução de objetos-de-discurso, na qual dentre todas as categorias linguísticas possíveis para identificar os objetos, será selecionada aquela que melhor se adaptar ao ponto de vista ideológico adotado pelo locutor.

Esse processo de seleção traz ao leitor informações importantes sobre as opiniões e crenças do produtor textual, explicitando a perspectiva pela qual o objeto-de-discurso foi elaborado e, ao mesmo tempo, fornecendo os caminhos a serem trilhados no processo de interpretação, com vistas à construção colaborativa desses mesmos objetos.

Concordando com a postura de que os objetos-de-discurso não pré-existem ao discurso, Koch e Marcuschi (1998) ressaltam que são esses objetos que os itens lexicais vão designar e não algo que esteja fora da mente, algo mundano.

Assim, os itens lexicais ou símbolos linguísticos são artefatos simbólicos nos quais "estão incorporados os meios pelos quais [...] os seres humanos de um grupo social consideram proveitoso categorizar e interpretar o mundo para fins de comunicação interpessoal" (TOMASELLO, 2003, p. 11). Nesse sentido, citando um exemplo do autor, o

mesmo objeto pode ser interpretado como um cão, um animal, um bichinho de estimação ou uma peste; um mesmo acontecimento pode ser interpretado como correr, mover-se, fugir ou sobreviver, dependendo da situação comunicativa.

Para o autor, os símbolos linguísticos

[...] não representam o mundo de uma forma mais ou menos direta [...], mas são usados pelas pessoas para induzir as outras a interpretar certas situações perceptuais/conceituais - prestar atenção a elas - de uma maneira e não de outra. Os usuários dos símbolos linguísticos estão, portanto, implicitamente conscientes de que qualquer cena experiencial pode ser interpretada de várias perspectivas diferentes simultaneamente, o que separa esses símbolos do mundo sensório-motor dos objetos no espaço, e os coloca no âmbito da capacidade humana de ver o mundo da maneira que for conveniente para o propósito comunicativo em questão. (TOMASELLO, 2003, p. 178-179).

Dessa forma, ao propormos realizar uma análise discursiva das estratégias de referenciação, estamos considerando que, ao compreender a referenciação como uma atividade de categorização dos eventos em símbolos linguísticos, somos confrontados com um processo de nomeação, no qual o sujeito constrói discursivamente sua visão do real. Esse processo de nomeação envolve, portanto, sistemas de crenças e ideologias, originários de sua posição na sociedade os quais determinam e influenciam seus modelos mentais sobre o evento social.

Nesse sentido, podemos inferir, de acordo com tais afirmações, que os modelos mentais se constroem a partir de processos de categorização do mundo por parte de indivíduos sócio-ideologicamente localizados. Assim, ao formar um modelo mental sobre uma situação específica, os indivíduos estarão envolvidos em um processo de reelaboração do real influenciado por aspectos culturais e por crenças ideológicas específicas.

A categorização dos objetos/acontecimentos por meio de símbolos linguísticos, portanto, mais do que crenças ideológicas, revela toda uma rede de estereótipos culturais que envolvem uma base comum e conhecimentos históricos que subjazem à construção discursiva e são essenciais para que o discurso seja compreendido de uma forma e não de outra. Além disso, esses processos de lexicalização das pessoas, das ações e dos acontecimentos revelam as crenças e opiniões do produtor textual, explicitando o seu ponto de vista sobre um evento específico.

Considerando, pois, o aspecto cognitivo da análise do discurso proposta por van Dijk, podemos perceber como, por meio de processos de lexicalização, os sujeitos discursivos

podem exercer o que o autor chama de controle estratégico da informação e, conseqüentemente, do conhecimento que temos sobre os eventos. Assim, se o discurso categoriza um determinado evento em termos da apresentação de uma visão dos fatos condizente às crenças ideológicas do grupo do qual o sujeito enunciador participa, o conhecimento dos interlocutores sobre esse evento pode ser limitado.

Nesse sentido, podemos compreender que, mais do que o lugar no qual versões públicas de mundo são negociadas e apresentadas como verdadeiras, o discurso é um lugar de exclusão de dizeres que não condizem com a perspectiva ideológica, ou o ponto de vista adotado pelo sujeito social.

1.2 Procedimentos metodológicos

Ao entendermos que há diferentes formas de se referir a uma mesma realidade, procuraremos observar, neste trabalho, como os posicionamentos ideológicos, determinam o que deve/não deve, pode/não pode ser dito, de acordo com as crenças e ideologias partilhadas pelos grupos sociais dos quais o sujeito discursivo faz parte.

Assim, ao abordarmos a questão da referenciação enquanto um processo de lexicalização da criminalidade e do papel do Estado em seu combate, voltaremos nossos questionamentos para a posição assumida pelo sujeito produtor textual frente a esse evento social, considerando as crenças ideológicas que subjazem a seu dizer.

Nesses termos, ao considerar a referenciação como uma atividade discursiva em que há um conjunto de possibilidades de acordo com o qual se opera um processo de escolha a que os atores sociais estão sujeitos, partimos do pressuposto que, como proposto em Blikstein (1995), o que tomamos como real é o produto de nossa percepção cultural. Assim, atentaremos para a perspectiva adotada pelo locutor, compreendendo que, diante das possibilidades de escolha, um mesmo evento pode ser categorizado de muitos modos diferentes, refletindo certas configurações culturais e também certas posições ideológicas.

Procurando observar como o fenômeno da referenciação e, por conseguinte, o processo de lexicalização dos eventos envolvidos no problema da criminalidade são representados no discurso, tomaremos como *corpus* dois especiais sobre o tema publicados pela revistas *Veja* e *Carta Capital* em 2007, já apresentados na introdução.

Nessas reportagens, objetivamos analisar como as revistas constroem seus sistemas de referenciação e, ao fazer isso, apresentam sua representação do evento. Para tanto,

analisaremos os processos de referenciação adotados na representação das ações do crime e do Estado, com o intuito de compreender como, através das estratégias de lexicalização adotadas por essas revistas, são produzidos os sistemas de categorização dos eventos e dos atores nele envolvidos, condizentes com os posicionamentos ideológicos, que situam os sujeitos e seus dizeres em determinados lugares de onde se constroem seus pontos de vista sobre o evento em questão.

2 ANÁLISE DO *CORPUS*

Nesta seção, analisaremos as reportagens do *corpus* com base no quadro teórico apresentado anteriormente. Como o objetivo do trabalho é identificar como se constrói a representação da criminalidade e do papel do Estado em seu combate em textos da mídia impressa brasileira, dividimos nossas análises em três categorias: ações do crime, o que o Estado faz (ações efetivas do Estado no combate à criminalidade), o que o Estado deveria fazer (ações que deveriam ser tomadas pelo Estado para combater o crime). Nessas categorias, observaremos quais são os signos linguísticos adotados pelos sujeitos do discurso no processo de referenciação concernente às ações do crime e do Estado, bem como, quando for o caso, sobre quem essas ações recaem. Contudo, para que pudéssemos organizar semelhantes análises, foi necessário efetuar um recorte no *corpus*. Esse recorte foi feito com base no critério temático. Assim, se o objetivo era fazer um estudo comparativo sobre os processos de representação de cada uma das revistas, selecionamos, nos especiais, as reportagens que abordavam temáticas semelhantes. Vamos, pois, às análises.

2.1 Ações do crime

REVISTA VEJA:

- 1) O rapaz é mais um entre os milhares de vendedores ou seguranças do Tráfico que **aproveitam suas horas de “folga” no comércio de drogas para praticar furtos e roubos** na cidade.
- 2) [...] em Junho, **o guitarrista do grupo Detonautas, Rodrigo Netto, foi assassinado** quando um soldado do tráfico da favela da Mangueira, na zona Norte da cidade, **tentou roubar seu carro**.
- 3) Uma característica dos assaltantes part-time é a violência com que tratam suas vítimas. Drogados **podem matar por qualquer motivo** [...].
- 4) Rio de Janeiro: [...] povoada por traficantes que se **movimentam pelas ruas com armas de uso militar em punho** [...].

5) Como consequência, **túneis que ligam áreas importantes são fechados e estradas de acesso ao Rio são bloqueadas.**

6) A maioria dos presidiários brasileiros **cometeu crimes graves para os quais**, por qualquer critério internacional, **não cabem penas alternativas.**

7) [...] elas, [as quadrilhas] têm que **lançar mão de grossas quantias para remunerar policiais corruptos.**

Como podemos observar nos excertos acima, ao representar as ações dos criminosos, o sujeito produtor textual utiliza-se de categorias linguísticas que remetem ou à crueldade dos criminosos (1-6) ou à forma como se relacionam com o Estado. Assim, temos de 1 a 6, os seguintes processos de referência das ações do crime: tráfico de drogas; prática de furtos e roubos; assassinato do guitarrista do grupo Detonautas, com o intuito de roubar seu carro; prática da morte por qualquer motivo; movimentação pelas ruas com armas de uso militar em punho; fechamento de túneis importantes e bloqueio de estradas de acesso ao Rio e, por fim, o enunciado 6, que funciona como uma espécie de conclusão dos atos anteriormente elencados: A maioria dos presidiários brasileiros, **cometeu crimes graves para os quais**, por qualquer critério internacional, **não cabem penas alternativas.** Esse enunciado, como veremos, será, aliás, uma tônica da revista *Veja* para defender a tese de que o Brasil pune mal seus criminosos.

O enunciado 7 do grupo, ainda abordando as ações dos criminosos, trata de um outro tipo de ação: o fato de eles terem de "lançar mão de grossas quantias para remunerar policiais corruptos", revelando um tipo de acordo do crime com o Estado, representação recorrente nas reportagens de *Veja*.

Vejamos como o sujeito de *Carta Capital* representa as ações da criminalidade, por meio dos processos de referência, para que possamos, posteriormente comparar os resultados parciais obtidos até então. Se vimos anteriormente, com Van Dijk (2010), que o controle do conhecimento se dá pela seleção restritiva de assuntos e pelas reconstruções específicas da realidade, observamos, já de início, que se o assunto de ambos os periódicos é o mesmo (o crime e as formas de se combatê-lo), o modo de abordá-lo ou de reconstruí-lo apresenta diferenças. Sem ainda falar de conteúdo, podemos observar que os trechos que se referem às ações do crime são menos recorrentes em *Carta Capital* do que em *Veja*. Mas será que na atividade de referência, também observamos divergências. Vejamos:

REVISTA CARTA CAPITAL:

8) A violência no Brasil é alarmante. Todos os anos, **mais de 45 mil brasileiros são assassinados**, índice que nos aproxima ao de nações em guerra declarada.

9) **As mortes por arma de fogo no Brasil, desde 1993, crescem a uma taxa de 5,5% ao ano.**

Os trechos 8 e 9, como já dito, são os únicos que se referem diretamente às ações da criminalidade. Observe-se que, além do número reduzido, esses enunciados remetem a uma única prática criminosa, no caso, os assassinatos. Outra observação que merece destaque, é o fato de esses crimes não estarem associados a sujeitos específicos que praticam essas ações ou sobre quem elas recaem.

Outras referências às ações de criminosos podem ser observadas no texto, como no enunciado 20, destacado abaixo. Contudo, como veremos, essas ações são apresentadas como justificativa para o endurecimento de penas específicas, atitude com a qual o sujeito discorda. Portanto, elas não se apresentam no texto, diferentemente das acima destacadas, como justificativa para as medidas que ambas as revistas propõem para combate à criminalidade.

Fazendo uma comparação preliminar sobre os dois grupos de enunciados apresentados até então, observamos que os processos de referenciação adotados pelas duas revistas se fundamentam em diferentes crenças ideológicas. Nesses termos, se, como vimos, os signos linguísticos oferecem caminhos a serem trilhados para a interpretação colaborativa do texto, revelando o ponto de vista assumido pelos sujeitos, constatamos que, enquanto o sujeito de *Veja* apela para unidades lexicais que dão maior enfoque à violência por meio das ações de sujeitos específicos, em *Carta Capital* esses processos de referenciação são mais gerais, focando em dados numéricos. A partir desses enunciados, podemos observar dois posicionamentos ideológicos sobre o mesmo objeto: o aumento da violência no Brasil. De acordo com o primeiro posicionamento (revista *Veja*), o crime é visto como uma ação de sujeitos específicos que precisam ser punidos pelos seus atos, como veremos, com o endurecimento das penas. Já no segundo posicionamento (revista *Carta Capital*), o crime é apresentado como um problema social, o que também determinará as medidas que a revista julga mais eficazes em seu combate.

Todavia, antes de apresentarmos as soluções para a criminalidade apontadas pelas duas revistas, vejamos como cada uma delas representa o papel atual do Estado no combate ao crime a partir dos processos de referenciação das ações estatais. Primeiro, na revista *Veja*, posteriormente, na revista *Carta Capital*.

2.2 O que o Estado faz:

REVISTA VEJA:

10) O histórico (de crimes) revela o mecanismo pelo qual o sistema criminal brasileiro **acaba premiando o criminoso a pretexto de ressocializá-lo.**

11) O resultado disso é que **a progressão de pena é concedida automaticamente, às cegas.**

12) Sem contar com a possibilidade de **ter sua pena reduzida por dias trabalhados.**

13) Ele, (*o criminoso*), **foi premiado por um cardápio de benefícios destinados à ressocialização de presos**, elaborado em 1984, como forma de **“modernizar” e “humanizar” leis criminais.**

14) São os efeitos mais trágicos e visíveis da criminalidade que os sucessivos governantes **não conseguiram enfrentar** nas últimas três décadas. Muitos, aliás, nem tentaram. Pelo contrário, **firmaram acordos espúrios com traficantes e fizeram vista grossa para a chaga que se abria na cidade.**

15) Hoje, a repressão no estado é descoordenada. **As polícias, militar e civil, e o Ministério Público não compartilham, nem sequer, seus balanços de dados.**

A partir dos excertos destacados, podemos dividir as ações do Estado em três categorias de acordo com os signos linguísticos utilizados nos processos de referência de suas ações. Na primeira categoria, inserimos os enunciados de 10 a 13 que trazem críticas à forma como o Estado pune seus criminosos, seja premiando-os com o pretexto de ressocializá-los, como forma de modernizar e humanizar as leis criminais (10 e 13); ou oferecendo a progressão automática de regime (11); ou, ainda, reduzindo suas penas por dias trabalhados (12). Na segunda categoria, vemos uma crítica à corrupção dos governantes que, em vez de enfrentarem a criminalidade, "firmaram acordos espúrios com traficantes e fizeram vista grossa para a chaga que se abria na cidade". Já na terceira categoria, destaca-se a ineficácia das forças estatais no combate ao crime, por meio da falta de habilidade nas ações dos órgãos responsáveis por esse combate (15).

Como observamos, portanto, para o sujeito de *Veja*, a atuação do Estado no combate ao crime - seja pela prática de ações errôneas, pela omissão ou pela inabilidade - é ineficaz, permitindo-nos associar o atual estágio em que se encontra a criminalidade à falta de ações eficazes do Estado no combate ao problema.

Analisemos agora como a revista *Carta Capital* lexicaliza as ações efetivas do Estado antes de tecermos mais comentários:

REVISTA CARTA CAPITAL:

16) Também dói na alma a inépcia do Estado, que **pouco ou nada faz para conter a violência**.

17) A polícia foi avaliada em diversos aspectos. Mais da metade dos brasileiros (57%) acham que ela **protege os ricos**. Mais de um terço (35%) acreditam que a polícia **é corrupta e persegue os pobres** (38%).

18) Além de **não transmitir confiança para a população**, a qualidade do trabalho nos tribunais é tida como péssima para 39% dos entrevistados, enquanto 37% a consideram regular e 23% têm avaliação positiva.

19) A análise, feita em 1.019 decisões judiciais, aponta para um "**consistente favorecimento da parte mais forte**", [...] [estudo realizado por economistas formados na USP].

20) [...] a recente decisão do Supremo Tribunal Federal, que **julgou inconstitucional o porte ilegal de arma de fogo ser crime inafiançável, representa um retrocesso. Tenta-se endurecer a lei por um lado, mas, no que contraria interesses, a Justiça recua**.

21) Ao longo de mais de duas décadas, sistematicamente, leis federais **vêm sendo endurecidas sem que isso tenha efeito na redução dos níveis de criminalidade**. Em 1990, o sequestro do empresário Abílio Diniz causou comoção e **aprovou-se a Lei dos Crimes Hediondos, agravando penas e exigindo o seu cumprimento integral para criminosos como sequestradores e traficantes de drogas**. Em 1992, o assassinato da atriz Daniela Perez levou à pressão popular,[...]. Resultado: uma mudança na lei, em 1994, **passa a considerar homicídio qualificado como crime hediondo**. Em 1995, a lei do crime organizado também **trazia penas mais severas para os envolvidos**. Em 2006, a nova lei de drogas **aumentou as punições para traficantes, a pena mínima passou de três para cinco anos**. No mesmo ano, os ataques do PCC no estado de São Paulo levaram à aprovação, no Senado, [...], de um pacote de medidas contra o crime organizado como a que **prevê o isolamento de presos perigosos por tempo indeterminado**. [...] Nenhuma dessas medidas **reduziu, de forma substancial, os índices de criminalidade**.

Como observamos a partir dos enunciados acima, também para o sujeito de *Carta Capital*, as ações do Estado são tomadas como objeto de crítica. Essas críticas também podem ser divididas em três categorias: crítica ao Estado como um todo, crítica à atuação de órgãos estatais, crítica às leis. Na primeira categoria, temos o enunciado 16 que, assim como em *Veja*, afirma que o Estado "pouco ou nada faz para conter a violência". Já os trechos 17, 18 e 19, ao fazerem referência às ações de órgãos estatais, o fazem por meio dos seguintes signos linguísticos: 17, afirma que a polícia é vista como corrupta e que protege os ricos e persegue os pobres; 18 e 19, revela que os tribunais não transmitem confiança para a população e que suas decisões favorecem a parte mais forte. Por fim, os trechos 20 e 21 destacam a ineficiência das ações do Estado também na aprovação de suas leis. O enunciado 20 apresenta uma crítica à atitude do STF que julgou inconstitucional o fato de porte ilegal de arma de fogo ser crime inafiançável, já no enunciado 21, temos uma crítica ao endurecimento de penas por

parte do Estado, justificado por algum crime específico, atitude que se demonstra ineficaz no combate ao crime e consequente redução dos índices de criminalidade.

Comparando os resultados, percebemos que ambas as revistas adotam uma postura crítica em relação à atuação do Estado no combate ao crime, revelando a incompetência/inação dos agentes estatais. Nesse sentido, se podemos falar de um posicionamento ideológico partilhado pelos periódicos, esse posicionamento se refere à incompetência dos métodos estatais de combate ao crime. Todavia, quando analisamos detalhadamente o porquê dessas críticas, percebemos que algumas delas são partilhadas pelos sujeitos produtores textuais, já outras são divergentes.

Dentre as críticas partilhadas estão aquelas influenciadas pela crença na omissão, inação, corrupção e inabilidade do Estado no combate ao crime.

No que tange às divergências de ponto de vista, destaca-se o fato de *Carta Capital* fazer referência à ação do Estado de *favorecer a parte mais forte* ou *proteger os ricos* por um lado e *perseguir os pobres*, por outro; dizer excluído de *Veja*.

Ainda abordando as dissonâncias entre as revistas, observamos um posicionamento totalmente diverso no que se refere às leis brasileiras. Nesse sentido, se para o sujeito de *Veja* as leis são brandas ao oferecerem aos condenados diversas formas de redução das penas com o intuito de ressocializá-los; para o de *Carta Capital*, o endurecimento das leis não é solução para a redução dos índices de criminalidade. Portanto, se o relato jornalístico é lacunar (STEINBERGER, 2005), nesse ponto específico podemos observar como os filtros culturais e as crenças ideológicas influenciam os processos de referenciação de acordo com o propósito comunicativo dos sujeitos.

Vejamos agora como essas críticas influenciam o posicionamento das revistas ao sugerirem soluções para o problema da criminalidade, na seção que denominamos "o que o Estado deveria fazer":

2.3 O que o Estado deveria fazer

REVISTA VEJA:

22) Criar juntas técnicas e restabelecer a obrigatoriedade de um exame criminológico para avaliar se um preso tem direito a progressão de pena.

23) Aprovar o projeto de lei que amplia o tempo mínimo de cumprimento de pena para a progressividade de pena.

- 24) **Extinguir a progressão de pena para assassinos cruéis.**
- 25) **Reduzir drasticamente o número de indultos.**
- 26) **Estabelecer metas mais rigorosas para a repressão ao crime.**
- 27) **Isolar os líderes das Facções em presídios de segurança máxima.**
- 28) **Endurecer a Legislação Penal para integrantes de bandos organizados.**
- 29) Penas alternativas são um bom e justo caminho para reduzir a impunidade em relação a pequenos delitos, no plano geral, no entanto, a saída é **construir mais cadeias. E prender, prender, prender.**

Como já poderíamos prever a partir da análise das críticas feitas por *Veja* às leis brasileiras, as ações apresentadas pela revista como solução ao crime são lexicalizadas por signos linguísticos que remetem ao endurecimento das penas como forma de combate ao crime, fornecendo os caminhos a serem trilhados para que a mensagem elaborada pelo sujeito discursivo seja interpretada de acordo com seu propósito comunicativo, a partir de uma determinada ótica dos eventos. Assim, temos de 22 a 25 processos de referenciação de ações que impõem determinados obstáculos para que os condenados tenham acesso a direitos previstos em lei, como a progressão de regime e o indulto. São elas: criação de juntas técnicas para realizar exames criminológicos (22), aprovação de projeto de lei que amplie o tempo mínimo de cumprimento da pena (23), extinção da progressão de regime para assassinos cruéis (24) e redução drástica do número de indultos (25).

Dando continuidade às propostas de endurecimento das ações do Estado no combate ao crime, do trecho 27 ao 29, encontramos outras propostas que podem ser tomadas como proposições que visam a concretizar o enunciado 26 ("Estabelecer metas mais rigorosas para a repressão ao crime"). São essas proposições: "Isolar os líderes das Facções em presídios de segurança máxima" (27); "Endurecer a Legislação Penal para integrantes de bandos organizados" (28) e, por fim, um excerto que resume a posição defendida por *Veja* como solução ao problema do crime, "construir mais cadeias. E prender, prender, prender" (29).

Nesse sentido, podemos afirmar que o sujeito de *Veja*, influenciado por crenças ideológicas de grupos sociais que veem no endurecimento das leis a solução para o crime, cumpre seu propósito comunicativo ao adotar em seus processos de referenciação das ações tanto dos criminosos quanto do Estado (efetivas ou não) signos linguísticos que remetem à seguinte ótica dos eventos: o crime vem aumentando e as ações dos criminosos são cruéis, o

Estado é corrupto, omissos e seus métodos ineficientes e, para se combater a crueldade dos criminosos, as leis devem ser endurecidas.

E *Carta Capital*, quais são as ações propostas pelo periódico no combate ao crime? É disso que trataremos agora.

REVISTA CARTA CAPITAL:

30) Para discutir medidas contra a violência, o primeiro passo é **criar um ambiente de debate de qualidade**, o que não é fácil.

31) O exemplo de Diadema é emblemático. [...] Tais resultados tornaram-se possíveis depois de **articulações da prefeitura com o governo do estado, uma universidade, empresas e associações comunitárias e da combinação de policiamento ostensivo com programas para reduzir o risco de delinquência juvenil**. A prefeitura também tomou a **polêmica decisão de obrigar bares a fechar às 23 horas**. [...] Mas não se pode atribuir o sucesso de Diadema apenas à lei seca. A cidade **criou um disque-denúncia, aumentou os efetivos policiais, investiu no intercâmbio de informações entre polícias e instalou câmeras de segurança em pontos críticos**. Na parte social, a prefeitura **mapeou jovens que cometiam crimes e localizou as ações de inclusão nesses pontos**. Os jovens **foram obrigados a voltar para a escola e passaram a receber bolsas de 150 reais mensais, além de atividades culturais e esportivas depois das aulas e, também, estágios em empresas**.

32) A experiência da cidade de Nova York, a partir de 1994, também merece ser analisada. O combate à criminalidade começou com uma **profunda reestruturação no departamento de polícia local. Toda a política de segurança da cidade mudou** e, como resultado, a maioria dos índices de violência caiu vertiginosamente. [...] O conceito de Tolerância Zero **ficou famoso em Nova York**, mas não foi a única razão da mudança. Outras, profundas, devem ser consideradas para se entender o caso, tais como **a reforma e o fortalecimento da corregedoria na polícia, a reengenharia de mecanismos de controle, decisão e informação, a implantação da cultura do planejamento, a integração de dados estatísticos e troca sistemática de informações**. A Tolerância Zero **consiste em focalizar atenções em crimes tradicionalmente desprezados, como pequenos furtos. Urinar na rua, por exemplo, passou a ser fortemente combatido**.

33) De volta ao Brasil, outro exemplo de combate à violência está no Jardim Ângela, na periferia sul de São Paulo, [...], considerado pela ONU, em 1996, o local mais violento do planeta. [...]. O trabalho no Jardim Ângela **começou com ações paroquiais e comunitárias. Bases de policiamento comunitário foram instaladas e policiais treinados deram à população uma nova percepção da polícia. Criou-se um centro para a prevenção e o tratamento do abuso de álcool e de drogas**. Também houve uma campanha para que **bares fechassem mais cedo**. Além disso, o Jardim Ângela **tem sido atendido por programas sociais da prefeitura**, com recursos estaduais e federais, **que amenizam a dureza do desemprego e encaminham adultos ao mercado de trabalho**.

Já de início, o enunciado 30 ("criar um ambiente de debate de qualidade"), revela uma postura diferente da revista em relação às soluções para o problema do crime. De modo diverso à *Veja*, que apresenta ações já definidas para o combate à criminalidade, o sujeito de

Carta Capital propõe debates, revelando que as soluções para o problema não são fáceis, pois exigem discussão.

Do trecho 31 ao 33, a partir de exemplos que, segundo o sujeito enunciador, já apresentaram sucesso na redução dos índices de criminalidade, a revista apresenta processos de referenciação de ações concretas no combate ao crime. Essas ações podem ser divididas em dois grupos: ações preventivas e ações coercivas. Na primeira categoria, ações preventivas, agrupamos os seguintes processos de referenciação: "articulações da prefeitura com o governo do estado, uma universidade, empresas e associações comunitárias" e a "combinação de policiamento ostensivo com programas para reduzir o risco de delinquência juvenil" (31); ordens para que bares fechem mais cedo (31 e 33); mapeamento de "jovens que cometiam crimes" e localização de "ações de inclusão nesses pontos. Os jovens foram obrigados a voltar para a escola e passaram a receber bolsas de 150 reais mensais, além de atividades culturais e esportivas depois das aulas e, também, estágios em empresas" (31); "ações paroquiais e comunitárias" (33); instalação de "bases de policiamento comunitário" e treinamento de policiais que "deram à população uma nova percepção da polícia"; criação de um centro para a prevenção e o tratamento do abuso de álcool e de drogas"; atendimentos ofertados "por programas sociais da prefeitura" [...] que, juntamente "com recursos estaduais e federais, [...] amenizam a dureza do desemprego e encaminham adultos ao mercado de trabalho" (33). Já no conjunto de ações coercivas, temos as seguintes medidas: criação de "um disque-denúncia", aumento nos "efetivos policiais", investimento "no intercâmbio de informações entre polícias" e instalação de "câmeras de segurança em pontos críticos" (31); "profunda reestruturação no departamento de polícia local" mudança profunda na "política de segurança da cidade" (32); adoção do conceito de Tolerância Zero que "consiste em focalizar atenções em crimes tradicionalmente desprezados, como pequenos furtos. Urinar na rua, por exemplo, passou a ser fortemente combatido" (32); "reforma e fortalecimento da corregedoria na polícia, reengenharia de mecanismos de controle, decisão e informação, implantação da cultura do planejamento, integração de dados estatísticos e troca sistemática de informações" (32).

Como podemos observar, nesta categoria (o que o Estado deveria fazer), encontram-se as maiores disparidades entre o posicionamento dos sujeitos enunciadorees dos dois periódicos. Isso porque, conforme já afirmado, enquanto na revista *Veja* encontramos processos de referenciação das ações do Estado que remetem ao endurecimento do poder punitivo estatal por meio da aprovação de leis e da implantação de medidas duras no combate ao crime, em

Carta Capital, encontramos postura diversa. Para o sujeito enunciador deste último periódico, o combate ao crime deve envolver discussões e adoção de medidas de prevenção que envolvam diferentes órgãos da sociedade (igrejas, prefeituras, estado, união, polícia, comunidade), além de medidas policiais. Um fato interessante a ser observado quando as revistas falam de medidas coercitivas, é o tipo de crime a ser combatido: *Veja* foca nos crimes "cruéis" e *Carta Capital* nos crimes "tradicionalmente desprezados", aqueles agrupados no conceito de Tolerância Zero. Não que a segunda revista não se preocupe com os crimes de maior repercussão, mas, em seus processos de referenciação, não dá ênfase a eles.

PALAVRAS FINAIS

Considerando o quadro teórico-metodológico triangular de análise proposto por van Dijk, que envolve sociedade; cognição e discurso (materializado nas práticas textuais) e adotando a noção de modelos mentais como a interface necessária entre a sociedade e o indivíduo, identificamos dois modelos mentais na representação da criminalidade e do papel do Estado em seu combate. Ambos partilham da noção geral de que a criminalidade é um problema que precisa ser solucionado (ainda que a forma como essa criminalidade é apresentada sofra interferências ideológicas específicas. Na revista *Veja*, como vimos, os processos de referenciação relacionados às ações do crime são em maior número e evidenciam a crueldade de atitudes tomadas por sujeitos específicos. Já na revista *Carta Capital*, além de em menor número, esses trechos remetem a ações gerais do crime, inclusive, sem associá-las a indivíduos). Partilham também da noção de que as ações do Estado no combate ao crime são ineficientes, mesmo que essa ineficiência, como vimos, seja, em alguns momentos, tratada de modo diverso. Contudo, é o último conjunto de enunciados analisados, referentes às ações propostas pelas revistas para combater o crime, que realmente nos possibilita identificar dois modelos mentais na representação do evento social em questão.

O primeiro modelo constrói a interpretação do evento social com base em crenças ideológicas associadas a grupos sociais que vêem a criminalidade e a crueldade dos criminosos como um reflexo da ineficiência das leis e do Estado no combate ao crime. Ineficiência, neste caso, associada à falta de rigor no poder coercitivo do Estado o que associa o combate ao crime à necessidade de mudanças nas leis, tornando-as mais severas e à adoção de medidas de punição mais rigorosas para os criminosos que, pela gravidade dos atos que cometeram, devem ser mantidos afastados o máximo de tempo possível da sociedade por meio da prisão e

da redução de seus direitos. Nessa visão, não cabe a noção de ressocialização – pelo menos dos criminosos mais "cruéis" – e sua consequente reintegração à sociedade.

No segundo modelo mental, a interpretação do mesmo evento social sofre influência de outras crenças ideológicas. No caso, essas crenças refletem a visão de mundo de grupos que também reconhecem tratar-se a criminalidade de um problema social, que precisa ser solucionado e que as ações do Estado não têm surtido efeito em seu combate. Porém, as críticas aos métodos estatais se organizam principalmente em torno da adoção de medidas de endurecimento das leis como forma de solucionar o problema do crime. A partir do reconhecimento dessa falha, as ações para o combate ao crime devem envolver a união de diferentes esferas da sociedade por meio de medidas preventivas e de reintegração dos criminosos, além de medidas puramente coercitivas. Essas, a seu turno, em vez de se fundarem no endurecimento de leis, devem envolver o trabalho de uma polícia reestruturada e vista de forma positiva pela população.

Essas conclusões foram possíveis a partir da análise dos processos de referenciação adotados pelos sujeitos enunciadorees na representação das ações do crime e do Estado, evidenciando a tese de van Dijk de que é por meio do discurso que as ideologias são expressas e reproduzidas.

Se a mídia exerce um controle sobre as práticas discursivas, atendendo aos anseios de poder dos grupos que têm acesso privilegiado ao discurso midiático, podemos afirmar que os leitores de *Veja* ou de *Carta Capital* são confrontados com posicionamentos ideológicos de grupos socialmente distintos: um grupo que defende o endurecimento das leis no combate ao crime e um grupo que entende exatamente o contrário.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M./VOLOSHINOV. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1995.

BLIKSTEIN, I. *Kaspar Hauser ou a fabricação da realidade*. São Paulo: Cultrix, 2003.

FREIRE, S. de M.; CARVALHO, A. de S. de. Miatização da violência: os labirintos da construção do consenso. *Revista Textos e Contextos*, Porto Alegre, v.7, n. 1, jan./jun. 2008. p. 151-164.

KOCH, I. G. V.; MARCUSCHI, L. A. Processos de referenciação na produção discursiva. *Delta*, v. 14, n. especial, 1998. Disponível em:

<www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010244501998000300012&ing=pt&nrm=iso> Acesso em: 25 mai. 2006.

STEINBERGER, M. B. *Discursos geopolíticos da mídia: jornalismo e imaginário internacional na América Latina*. São Paulo: EDUC; Fapesp: Cortez, 2005.

THOMPSON, J. B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Vozes, 1998.

TOMASELLO, M. *Origens culturais da aquisição do conhecimento*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

VAN DIJK, T. A. *Discurso e poder*. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. Cognitive discourse analysis: an introduction. *University of Amsterdam*, 2000a. Disponível em: <www.discourses.org/MainPage2.html> Acesso em: 20 nov. 2004.

_____. *Ideology and discourse: a multidisciplinary introduction*. Internet course for the Oberta de Catalunya. Catalunya: UOC, 2000b. Disponível em: <www.discourses.org/MainPage2.html> Acesso em: 20 nov. 2004.

_____. Ideological discourse analysis. *New Courant* (English Dept.). Helsinky, v. 4, p. 135-161, 1995a. Disponível em: <www.discourses.org/MainPage2.html> Acesso em: 20 nov. 2004.

_____. Power and the news media. In: PALETZ, D. (ed.) *Political Communication and Action*. Cresskill, NJ: Hampton Press, 1995b. p. 9-36. Disponível em: <www.discourses.org/MainPage2.html> Acesso em: 20 nov. 2004.

Data de recebimento: 01/04/2015

Data de aprovação: 25/05/2015